



MARINHA DO BRASIL
ESTALEIRO DE MANUTENÇÃO DA ILHA DA MADEIRA

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63983.001353/2026-78)

ABERTURA E APROVAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Com base nas referências:

Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
Portaria Nº 279/MB/MD, de 11 de dezembro de 2024;
Portaria MB/MD nº 38, de 21 de março de 2022; e
Portaria Nº 65/SGM, de 27 de julho de 2023.

AUTORIZO a abertura do processo administrativo, nos moldes relacionados e **APROVO** os documentos apresentados pelo Setor Requisitante.

1 - OBJETO

Aquisição de Cilindros e Recargas de Gases para a Divisão de Tubulações.

2 - JUSTIFICATIVA

A aquisição de 2 cilindros de oxigênio industrial vazios justifica-se pela necessidade de dispor de recipientes próprios para o armazenamento e uso controlado de oxigênio nas atividades de fabricação e manutenção realizadas a bordo e nas instalações de apoio aos submarinos. A posse dos cilindros pela Organização Militar elimina a dependência do regime de comodato com fornecedores, que frequentemente impõe restrições quanto à disponibilidade, à prioridade de reenchimento e aos prazos de entrega, fatores críticos em um ambiente operacional que exige pronta resposta e continuidade das atividades de manutenção. Ademais, o investimento na aquisição dos recipientes representa, no longo prazo, economia para o erário em comparação com o pagamento contínuo de taxas de locação, atendendo ao princípio da economicidade previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

A aquisição da carga de 150 litros de oxigênio industrial destina-se ao abastecimento dos cilindros próprios para uso em operações de corte e soldagem oxiacetilênica, técnica amplamente empregada na fabricação e reparo de peças metálicas nos serviços de manutenção dos submarinos. O oxigênio industrial, combinado ao gás acetileno, gera a chama de alta temperatura necessária para o corte preciso e a fusão de metais ferrosos e não ferrosos, sendo insubstituível em aplicações onde o acesso de equipamentos elétricos é restrito ou tecnicamente inviável. A especificação de 150 litros atende ao volume operacional estimado para o ciclo de manutenção previsto, garantindo estoque suficiente para a execução das tarefas programadas sem interrupções, em conformidade com o planejamento das atividades de manutenção da Organização Militar.

A aquisição da carga de 50 litros de mistura gasosa para soldagem MAG (Metal Active Gas) visa suprir a demanda das operações de soldagem a arco elétrico com proteção gasosa realizadas nas atividades de manutenção e fabricação de componentes dos submarinos. A mistura gasosa, composta tipicamente por dióxido de carbono e argônio em proporções adequadas ao processo MAG, tem a função de proteger a poça de fusão da contaminação atmosférica durante a soldagem, garantindo a qualidade metalúrgica, a resistência mecânica e a integridade do cordão de solda. O processo MAG é o método de soldagem de maior produtividade dentre os processos semiautomáticos, sendo amplamente utilizado em estruturas de aço carbono e baixa liga, materiais predominantes nas construções e reparos navais, razão pela qual a manutenção de estoque adequado deste insumo é imprescindível para a continuidade e a qualidade dos serviços executados pela Organização Militar.

3 - ESTIMATIVA DE PREÇOS

O valor estimado da contratação é de R\$ 32.250,00 (trinta e dois mil duzentos e cinquenta reais), enquadrando-se, portanto, no limite para dispensa de licitação, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

4 - ATIVIDADE DE CUSTEIO

O objeto do referido processo não se enquadra como atividade de custeio, conforme previsto no art. 2º, da Portaria nº 7.828, de 30 de agosto de 2022/ME.

5 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base na consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e

fundamentado no inciso IV, art. 72 da Lei 14.133/2021, as despesas decorrentes da contratação têm adequação orçamentária e financeira e correrão à conta do Orçamento Geral da União, para o exercício de 2026, por meio da dotação orçamentária que consta no Termo de Referência.

6 - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O presente afastamento não enquadra guarida nas hipóteses previstas no art. 3º do Dec. 11.462/2023, motivo pelo qual não será objeto de registro de preços. A forma de contratação será por compra efetiva.

7 - DO PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO

A presente contratação observa o princípio da padronização, previsto no art. 40, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 14.133 /2021, ao adotar especificações técnicas compatíveis com os padrões definidos pela Administração Pública para serviços de mesma natureza.

O objeto foi descrito de forma a atender às necessidades funcionais da Administração, respeitando critérios de uniformidade, compatibilidade. A especificação técnica foi construída com base em parâmetros consolidados, evitando-se exigências restritivas ou sob medida, de modo a permitir ampla competitividade sem comprometer a padronização adotada internamente.

Releva mencionar que, além de diversos documentos processuais deste afastamento terem sido produzidos com base nos modelos padronizados disponibilizados pela AGU, os procedimentos de planejamento da demanda, de organização administrativa e de procedimentos das aquisições são devidamente padronizados.

Por fim, a presente aquisição/contratação não permite a utilização do catálogo eletrônico de padronização do portal Compras.gov.br em virtude de seu objeto não constar como um dos itens até o momento padronizados pela SEGES/MGI.

8 - DA VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, certifica-se que a opção apresentada para esta contratação mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública quando comparada a eventuais alternativas, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e de continuidade das atividades desta Organização Militar, bem como o custo-benefício ao longo do ciclo de vida do objeto, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade.

9 - DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto, entende-se pela viabilidade da presente contratação, com fulcro no inciso II, art. 75 da Lei nº 14.133/2021, sendo compatível com os princípios da Administração Pública e se encontra em conformidade com a legislação vigente.

A contratação será precedida da divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES nº 67/2021, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Itaguaí, RJ, na data da assinatura.

CHARLES FERNANDES DA SILVA
Capitão de Fragata (EN)
Ordenador de Despesas